



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

ATA N.º 01 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1 Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis realizou-se na Cidade
2 Administrativa do Estado de Minas Gerais, nas salas 6 e 7, no 2º andar do Edifício Gerais, a
3 primeira reunião ordinária da Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos
4 e Comunidades Tradicionais do Estado de Minas Gerais (CEPCT-MG). A reunião se iniciou
5 com a acolhida de todos os presentes por João Carlos Pio de Souza, Superintendente de
6 Comunidades Tradicionais e presidente da CEPCT-MG, que em seguida apresentou a pauta
7 do dia: Posse dos membros da CEPCT-MG; Leitura e aprovação do Regimento Interno da
8 CEPCT-MG; Instituição do Grupo de Trabalho para a construção da metodologia de
9 identificação e questões fundiária de povos e comunidades tradicionais; Definição da pauta
10 e data da segunda reunião. Após a apresentação da pauta passou-se às falas do Secretário
11 Glenio Martins, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), que destacou
12 a importância da instituição da CEPCT-MG e a considerou um espaço importante para a
13 participação e o diálogo dos povos e comunidades tradicionais para a construção de
14 políticas públicas para estes segmentos. O Secretário Adjunto Gabriel Rocha, da Secretaria
15 de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), afirmou que a
16 instituição da CEPCT-MG constitui-se um esforço conjunto do Estado e da sociedade civil
17 para dar passos significativos para tirar da invisibilidade uma parcela significativa da
18 população mineira que durante muito tempo não era reconhecida pelo Estado. A Senhora
19 Cleide Hilda de Lima de Souza, Subsecretaria de Igualdade Racial (SUBIR) da SEDPAC
20 destacou a importância da reunião em uma data significativa que é o dia 21 de março, dia
21 internacional de luta contra a discriminação racial, que foi instituído pela ONU em 1965
22 após o massacre de jovens pela polícia sul-africana. Em seguida leu um texto alusivo à
23 comemoração do dia, que segue no anexo. Em seguida passou-se para a posse dos
24 membros presentes da CEPCT-MG, que foram nominalmente chamados para assinar o
25 termo de posse. Finalizada a posse o Presidente João Carlos Pio de Souza abriu a reunião
26 para a intervenção e fala dos membros da CEPCT-MG. Flávia dos Santos, Assessora para as
27 questões quilombolas na Secretaria de Estado de Educação (SEE) comunicou que as
28 representações da secretaria na CEPCT-MG serão alteradas, pois as pessoas indicadas
29 anteriormente não poderão mais participar em razão da mudança de função na secretaria,
30 de modo que as substitutas serão indicadas até a próxima reunião. Flávia ainda informou
31 que a Secretaria de Estado de Educação publicou a resolução 2.945 que trata da eleição
32 dos diretores, que acontecerá no dia 26/04/16, nas 25 escolas estaduais localizadas em
33 territórios quilombolas. O Presidente, João Carlos Pio de Souza, informou que será enviado

um novo ofício para a SEE para indicação do membro titular e suplente. Em seguida, Maria de Fátima Alves, representante titular pelos Apanhadores de Flores Sempre Viva considerou que é fundamental que a comissão contribua para o processo de fortalecimento do grupo. Os Apanhadores ainda vivem com os problemas gerados para a comunidade desde a criação do Parque Nacional no território tradicional, usado pelos apanhadores de flores sempre viva há muitos anos, e destacou a importância da CEPCT-MG pautar essa questão ambiental e da criação dos parques em Minas Gerais. Ana Lúcia da Silva, servidora da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) e convidada para a reunião observa que é preciso que os membros da Comissão pensem em uma pauta que os unifique; e pergunta se a prática das comunidades dos garimpeiros não contamina os rios e, se com isso, prejudicam a pesca nos rios. Ana Lúcia da Silva destacou que o trato com a temática das comunidades é coisa nova no campo da política pública. Em relação às demandas dos povos e comunidades, particularmente em relação à melhoria de estrada de acesso e à água é importante que na realização do levantamento seja listada a quantidade de famílias a serem beneficiadas e a localização das comunidades. Nancy Ramos de Menezes, representante suplente das comunidades quilombolas, observou que identificava na reunião uma maior presença dos representantes do governo em detrimento a pouca participação da sociedade civil e que isso precisa ser olhando com atenção. Diante do questionamento feito pela Nancy, o Secretario-Executivo da CEPCT-MG, Danilo Daniel Prado Araújo e representante titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), observou que naquele momento da reunião a sociedade civil estava bem representada, pois conferindo o quorum identificou a presença de 17 representações do Estado e 16 da sociedade civil, de modo que não procedia a observação feita pela Nancy. Danilo aproveitou a intervenção e salientou que as representações da sociedade civil devem assumir o compromisso de repassarem e divulgarem para o segmento que representa as deliberações da CEPCT-MG. A Subsecretária de Igualdade Racial da SEDPAC, a Senhora Cleide Hilda, chamou atenção de todos esclarecendo que CEPCT-MG é uma comissão e não um conselho, como tem aparecido na fala de alguns dos presentes, e que esta é uma distinção importante para evitar confusões futuras. Maria de Fátima Alves, representante titular dos Apanhadores de Flores Sempre Viva observou que nas ações realizadas por grupos de consultorias a participação das comunidades tradicionais deve ser considerada e, nessa perspectiva, entende-se que a CEPCT-MG pode contribuir para o processo de organização dos apanhadores de flores sempre viva. José Terêncio Braz, Cacique Bayara Pataxó, representante titular dos povos indígenas, destacou que para os indígenas a CEPCT-MG é importante, pois os povos tradicionais tem dificuldade de chegar às políticas públicas e que os órgãos do governo precisam desenvolver um plano de acordo

70 com a solicitação e a realidade dos povos e comunidades tradicionais. O Cacique Bayara
71 lembrou que no território ocupado, hoje, pelos Pataxó no Parque Rio Correntes, no
72 Município de Açucena, vem acontecendo o desmatamento da mata ciliar do rio que corta a
73 aldeia, o que já foi denunciado ao Instituto Estadual de Florestas (IEF). Denunciou que os
74 órgãos de proteção do meio ambiente fazem vistas grossas em relação ao desmatamento
75 promovido pelos fazendeiros dentro do Parque Rio Correntes. Bayara destacou que a
76 presença dos indígenas dentro do parque tem sido positiva e contribuído para a
77 recuperação das áreas degradadas no parque, conforme relatório apresentado pela Fundação
78 Nacional do Índio (FUNAI). Para finalizar a intervenção, Bayara, destacou que a sociedade
79 civil precisa se reunir e apresentar os seus objetivos e, neste sentido, é preciso saber como
80 a CEPCT-MG vai funcionar. Enfatizou que o desastre ocorrido em Mariana afetou diversos
81 povos de comunidades. Bayara destacou que a CEPCT-MG deverá participar e acompanhar
82 as negociações junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAD) e o IEF no caso da
83 situação dos povos e comunidades tradicionais que vivem nos parques. Orlando dos
84 Santos, representante titular da Comunidade dos Geraizeiros, destaca que os povos e
85 comunidades tradicionais estão começando a ocupar um espaço com a criação da CEPCT-
86 MG, mas afirma que se precisa saber até onde podemos chegar. Para Orlando, os
87 representantes da sociedade civil na Comissão precisam ter credencial ou carteirinha para
88 que as outras pessoas os reconheçam e saibam da representação. Jaime Alves dos Santos,
89 representante da Comunidade dos Veredeiros, informa que em audiência recente com a
90 promotoria do município foi liberado cerca de nove mil hectares de terra, que tem sido
91 protegida pelas comunidades tradicionais, embora sofra com o desmatamento devido a
92 ação de fazendeiros da região. Cícero Ferreira de Lima, representante da Comunidade dos
93 Vazanteiros pediu que os órgãos convidados e presentes na reunião fossem chamado para
94 assentarem próximos à mesa, uma vez que as comunidades tradicionais têm alguns deles
95 como importantes parceiros como a Superintendência do Patrimônio da União (SPU),
96 representada pelo Superintendente Rogério Aranha. Cícero destaca que há necessidade de
97 preservação do meio ambiente e que, neste caso, o IEF não tem oferecido muita
98 contribuição. Perguntou se agora com a Lei 21.147/2014, que estabelece a política estadual
99 de desenvolvimento sustentável para os povos e comunidades tradicionais, haverá um
100 maior respeito para com as representações destes segmentos que integram a CEPCT-MG.
101 Cícero denuncia que na região das vazantes os peixes estão morrendo devido à falta de
102 ajuda dos órgãos estaduais para tirá-los da vazante e levá-los para o rio. Sula kyriacos
103 Mavrudis, representante titular do povo de circo, destaca que é a primeira vez que os
104 circenses são reconhecidos como comunidade tradicional e que há décadas lutam para
105 serem reconhecidos. Sula destaca que os circenses estão se colocando à disposição e

106 querem trabalhar juntos com as outras comunidades tradicionais. Sula informou que
107 tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) o Projeto de Lei 1.762/2015, de
108 autoria do Deputado Anselmo Domingos, que estabelece o circo como atividade
109 permanente de caráter itinerante no Estado de Minas Gerais. Rogério da Conceição Silva,
110 representante titular da comunidade dos pescadores artesanais, iniciou a sua fala
111 destacando as dificuldades do deslocamento para chegar para a reunião na Cidade
112 Administrativa. Reforçou que a maior dificuldade para as comunidades tradicionais está na
113 questão da demarcação da terra. Rogério afirmou que os grandes empreendimentos não
114 são punidos quando desmatam as margens dos rios, pelo contrário, são protegidos e ainda
115 justificam de que é para plantar pasto. “A invasão do agronegócio é preocupante, pois se
116 algo não for feito dentro de 10 anos não teremos mais acesso ao nosso território
117 tradicional”, por isso a demarcação das terras é mais que urgente. A desigualdade na
118 região do Norte de Minas é gritante e há um grande isolamento dos povos e comunidades
119 tradicionais. Na região a SPU só consegue chegar escoltada na comunidade e existe lista de
120 lideranças marcadas para morrer. Rogério afirma que a esperança é que a CEPCT-MG
121 ajude as comunidades, pois ainda não existem proteção e políticas públicas para povos e
122 comunidades tradicionais. A energia elétrica existe para poucos, pois aos políticos só
123 interessa os votos. Em 2015 até cesta básica era utilizada para propaganda política. É
124 preciso compreender que os povos e comunidades tradicionais da região necessitam das
125 políticas públicas para a melhoria da vida e não de cesta básica. “Queremos viver com
126 dignidade e almejamos a permanência no território”, destacou Rogério. Quem nos conhece
127 sabe dos conflitos. Em 2015 ocorreu incêndio criminal na comunidade que foi denunciado
128 aos órgãos competentes. Rogério pontou que a comunidade pleiteou projeto para criação
129 de abelha, por isso não foi a responsável pelo fogo na mata, o que colocaria em risco as
130 atividades. Destacou que o que vai diminuir os conflitos na região são a demarcação do
131 território e as políticas públicas e, no momento, os fazendeiros avançam sobre as terras,
132 principalmente porque 2016 é ano político e são eles que bancam os candidatos. Reiterou
133 que a demarcação da terra não chega e quando chegar, já não terá mais terra. Na região os
134 fiscais do meio ambiente multam os quilombolas, mas não fazem o mesmo com os
135 fazendeiros que desmatam para fazer pastos para os bois. Françoise Jean de Oliveira Souza,
136 representante titular do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), disse
137 que trabalha com políticas voltadas para o patrimônio material e imaterial e vem neste
138 processo construído uma metodologia para a construção do inventariado e para a
139 salvaguarda em constante diálogo com as comunidades tradicionais. Para Françoise a
140 política de proteção ao patrimônio é fundamental para o processo de preservação do
141 território. Silvia Elizabete Contreras Morales, representante suplente do Instituto de

Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), informou que o órgão vê a necessidade de realização de um levantamento sobre a realidade das Comunidades tradicionais, principalmente dos quilombolas. Destacou que, no caso da regularização fundiária das comunidades quilombolas, a imprensa divulgou recentemente que cerca de 84% dos recursos financeiros do orçamento para quilombos da Secretaria para a Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foram retirados, o que dificultou o trabalho para a produção dos relatórios antropológicos e outras ações. Deyvisson Felipe Batista Rocha, representante titular da comunidade dos caatingueiros, destacou que nesta primeira reunião os suplentes deveriam ter sido convidados e propôs que as representações da sociedade civil possam se reunir um dia antes da reunião da CEPCT-MG, para que tenha a possibilidade de dialogarem e se organizarem. Analice Moisés da Silva Maia, da etnia Tuxá, suplente dos povos indígenas, relata que há oito meses seu povo ocupa uma fazenda do Estado no município de Buritizeiro, onde as condições de vida não são boas, pois estão sem acesso à água e a que consomem é de nascente e, portanto, é muito barrenta. Utilizam também a água do rio Paracatu que a comunidade suspeita estar contaminada devido à produção de eucalipto na região. Muitas pessoas têm adoecido por isso, principalmente as crianças e os adolescentes. Os Tuxá estão aguardando uma resposta do Estado em relação à questão da terra. Analice reclama das dificuldades de acesso ao local onde estão devido às condições das estradas, bem como os problemas logísticos para deslocamento para outras localidades, como Belo Horizonte, pois precisa pegar duas balsas para atravessar o rio. Outro grande problema é o atendimento à saúde dos Tuxás pelo município e pela própria FUNAI e SESAI, que até hoje não estiveram no local para conversar com a comunidade. Apesar da situação Analice lembra que ao longo deste período a comunidade já realizou uma série de melhorias na fazenda, bem como já estão iniciando a colheita de alguns produtos. João Carlos Pio de Souza da (SEDPAC) relata que o conjunto de demandas apresentadas até então na reunião revelam a pouca presença do Estado e a inexistência de políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais. Nas reivindicações dos povos e comunidades tradicionais um ponto comum é a da regularização fundiária. Na comissão precisamos pensar na construção de políticas públicas que atendam às demandas de povos e comunidades tradicionais como um todo e as questões específicas de cada segmento, como as apresentadas por Bayara e por Analice devem ser cada uma tratadas de forma particularizada. Em relação às políticas públicas é preciso que as reuniões a CEPCT-MG sejam importantes para que haja troca de conhecimento e informação entre as diversas representações dos povos e comunidades tradicionais e destas com os órgãos governamentais. João Pio aproveitou para lembrar que na reunião estão presentes as organizações convidadas: Professor Aderval e a professora Suely pela Universidade Federal

de Minas Gerais (UFMG); Luiz Tarcízio pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Pablo Camargo representando a Regional da Fundação Nacional do Índio em Minas Gerais (FUNAI); Marinalva, representante indígena no Conselho Estadual de Políticas de Igualdade Racial (CONEPIR); Rogério Aranha pela Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais (SPU). João Pio aproveitou para lembrar que nesta primeira gestão da Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) tem a presidência sobre o comando da SEDPAC e a Secretaria-Executiva sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), conforme o Decreto 46.861/2015. João Pio destacou que para as próximas reuniões da CEPCT-MG será necessário melhorar as formas de comunicação principalmente com os membros da sociedade civil, sobretudo pelas dificuldades de acesso que existem nas próprias comunidades. o Secretario-Executivo da CEPCT-MG, Danilo Daniel Prado Araújo e representante titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) destacou que a Comissão é um espaço hoje ocupado institucionalmente por povos invisíveis pelas dentro das políticas públicas. Com a CEPCT-MG o governo do Estado de Minas Gerais cria a oportunidade para que os povos e as comunidades tradicionais sejam o público alvo das políticas públicas. João d'Angeles, Diretor Técnico da EMATER-MG, manifestou a alegria pela instalação da Comissão. João d'Angeles evidenciou que é importante que todos e todas se conscientizem que a CEPCT-MG é um espaço para a construção de políticas públicas e não só das demandas específicas de cada povo e comunidades tradicionais e, por isso, a capacidade de articulação política dos povos e comunidades tradicionais é importante e garantirá a ação da CEPCT-MG. No âmbito da CEPCT-MG as pautas precisam ser consensuadas, pois se trata de um espaço não só reclamar do governo, mas lugar para a ação qualificada e permanente da sociedade civil. Flávio Rodrigo da Cruz, representante titular da comunidade dos Garimpeiros faiscador, disse que ele está representando uma comunidade que existe há mais de 300 anos em Minas Gerais e que ao longo desse tempo foi a sua a invisibilidade que garantiu a sua existência. Respondendo à pergunta feita pela Beatriz da RURALMINAS, disse que a atividade dos garimpeiros faiscadores é diferente da ação das mineradoras, pois cuidam da natureza e são grupos familiares que utilizam técnicas tradicionais e em respeito ao meio ambiente, o que praticam até hoje. Flávio afirmou que é importante a divulgação da ação dos garimpeiros faiscadores para que possam sair da invisibilidade, uma vez que sempre foram invisíveis para o Estado. Cássia Cristina Silva, representante titular das comunidades quilombolas, solicita que é urgente a realização de um mapeamento das demandas quilombolas, principalmente para a promoção da troca de conhecimento entre esse segmento. A Mametu Olassimbelecy (Rita de Cassia Pio Vieira Maciel), representante titular dos povos tradicionais de Matriz africana

destacou que a questão da sustentabilidade ambiental é a preocupação central dos povos de matriz africana, que mantém um grande reverencia e cuidado com a natureza, embora também enfretamentam problemas com os órgãos ambientais em Minas Gerais. Após a finalização das intervenções do pleno da CEPCT-MG, o presidente João Carlos Pio de Souza, deu por encerrada as atividades da parte da manhã e orientou a todos sobre o retorno das atividades na parte da tarde, que terá como pauta principal da leitura e a aprovação do regimento interno da CEPCT-MG. À tarde a reunião teve início com a explicação do processo referente à discussão sobre o regimento interno. O Pleno da CEPCT-MG definiu que durante a leitura seriam feitos os destaques de alteração do documento para posterior argumentação. Finalizada a leitura e, respeitando a ordem das inscrições dos destaques que serão apresentados parágrafo por parágrafo, que serão submetidos à aprovação do pleno. Iniciada a leitura, que foi feita em sistema de rodízio e seguida das diversas intervenções com sugestão de supressão, alteração e aglutinação de artigos e parágrafos, o pleno aprovou por unanimidade do regimento da CEPCT-MG, que será encaminhado para a publicação pela presidência da Comissão. O Secretario-Executivo da CEPCT-MG, Danilo Daniel Prado Araújo e representante titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), apresentou a proposta de criação de um grupo de trabalho (GT) para a construção da metodologia de identificação e da certificação dos povos e comunidades tradicionais em Minas Gerais. A proposta foi submentida à avaliação do pleno que aprovou a criação do grupo de trabalho, passando em seguida à indicação dos nomes para compor o GT. Após um período de discussão foram indicados a aprovados os seguintes órgãos e nomes da sociedade civil para ao GT: a SEDPAC, a SEDA; a SPU, UFMG, INCRA, UNIMONTES, Mãe Rita pelas Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Andreia Aparecida Felipe pelos Artesões de Barro e Tecelãs, Cícero Ferreira de Lima pelos Vazanteiros, José Terêncio Braz pelos povos indígenas. Para a orientação dos membros da sociedade civil, o setor financeiro da SEDPAC, informou a todos sobre a importância da prestação de contas das viagens, que deve ser feita por todos e todas imediatamente após o termino das reuniões, evitando-se problemas que possam impossibilitar a participação nas próximas reuniões. Finalizada essa comunicação, o pleno aprovou a realização da segunda reunião da CEPCT-MG para os dias 14, 15 e 16 de junho, na Cidade Administrativa de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, bem como para ponto principal da pauta a participação da Secretaria de Estado de Meio-Ambiente (SEMAD) e do Instituto Estadual de Florestas (IEF) para tratar das questões referentes às demandas com as Unidades de Conservação, a legislação ambiental e as suas interfaces com povos tradicionais. A presidência informou que a lista completa dos participantes da reunião será anexada a esta ata. Em seguida, a Presidência agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Sem mais nada a relatar, eu,



**COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS**

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

250 Danilo Daniel Prado Araújo, Secretário Executivo da CEPCT-MG, lavrei a ata, que vai
251 assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Belo Horizonte, 21 de março de 2016.

Danilo Daniel Prado Araújo
Secretário Executivo da CEPCT-MG

João Carlos Pio de Souza
Presidente da CEPCT-MG